

PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS – CONCEDENTE				
Órgão/Entidade: Secretaria de Estado de Meio Ambiente			CNPJ: 05.562.326/0001-26	
Endereço: Av. Mario Ypiranga, n.º 3280, Parque Dez de Novembro, Manaus/AM				
Cidade: Manaus	UF: AM	CEP: 69.050-030	DDD/telefone:	E-mail: gabinete@sema.am.gov.br
Nome do responsável: Eduardo Costa Taveira				
C.I./Órgão Expedidor [REDACTED]		Função Secretário de Estado do Meio Ambiente		

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (não omita ou abrevie nomes)				
Órgão/Entidade: Associação Conservação da Vida Silvestre – WCS Brasil			CNPJ: 06.272.720/0001-92	
Endereço: Rua Costa Azevedo 9, sala 403, Centro				
Cidade: Manaus	UF: AM	CEP: 69.083-410	DDD/telefone: 92 982460002	
Nome do responsável da OSC: Carlos César Durigan			CPF: [REDACTED]	
Função: Diretor				

3. RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EXECUÇÃO DO OBJETO (não omita ou abrevie nomes)				
Nome do Responsável Técnico: Carlos César Durigan			Escolaridade: Pós-Graduação	
Endereço: Rua Costa Azevedo 9, sala 403, Centro				
Cidade: Manaus	UF: AM	CEP: 69.083-410	DDD/telefone: 92 991162509	
E-mail: cdurigan@wcs.org				

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO	
OBJETO DO TERMO:	Formalizar a mutua cooperação entre a WCS Brasil e a SEMA/AM para a implementação do Projeto Putumayo-Içá.
TÍTULO DO PLANO:	Projeto Manejo Integrado da Bacia do Rio Putumayo-Içá.
PÚBLICO-ALVO:	Comunidades ribeirinhas e indígenas. Pescadores e pescadoras em áreas de acordo de pesca Populações usuárias de recursos aquáticos
VIGÊNCIA:	5 anos a partir da data de assinatura
INICIO PREVISTO:	Julho de 2022
TÉRMINO PREVISTO:	Junho de 2027



DETALHAMENTO DO OBJETO:	Fortalecer as condições que permitam aos países participantes (Brasil, Peru, Colômbia e Equador) manejar ecossistemas de água doce compartilhados na bacia do rio Putumayo-Içá, na Amazônia.
--------------------------------	--

5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

A Wildlife Conservation Society - WCS, é uma organização global, fundada em 1895, que tem como missão a preservação da vida silvestre e de paisagens naturais através da ciência, ações de conservação, educação e sensibilização das pessoas sobre o valor da natureza. Tem em torno de 500 projetos em mais de 60 países, quatro continentes e em todos os oceanos do mundo. A WCS começou a atuar no Brasil no início da década de 70, realizando estudos pontuais sobre onças-pintadas. Durante essa época, a instituição organizou diversas expedições investigativas sobre a vida silvestre na Amazônia e no Pantanal que resultaram em projetos de conservação de várias espécies nestas regiões. Nos anos 80 e 90 a WCS expandiu suas atividades no Brasil e o seu trabalho contribuiu para que a UNESCO reconhecesse como Reserva da Biosfera um mosaico de áreas protegidas na Amazônia Central, e para o estabelecimento da primeira Reserva de Desenvolvimento Sustentável da região, a RDS Mamirauá, que hoje serve de modelo na área de conservação ambiental.

Em 2004, a Associação Conservação da Vida Silvestre, ou WCS Brasil, foi oficialmente fundada no país como uma entidade civil brasileira, independente e organizada para fins não econômicos, dotada de personalidade jurídica autônoma com atuação nos biomas Pantanal e Amazônia. Desde então a estratégia no Brasil é baseada na identificação de problemas críticos de conservação e no desenvolvimento de soluções científicas e voltadas para a comunidade, que beneficiem paisagens naturais, a fauna silvestre e as populações humanas.

A parceria formal com a SEMA é fundamental para o alcance da nossa missão institucional e também dos objetivos da política ambiental do Amazonas e do Brasil. Para isso, propomos neste plano de trabalho desenvolver as seguintes metas:

O Projeto Manejo Integrado da Bacia do Rio Putumayo-Içá (Projeto Putumayo-Içá) conta com o apoio técnico do Banco Mundial (agência implementadora) e deverá contar com o financiamento do Fundo Global para o Meio ambiente (GEF). A Wildlife Conservation Society (WCS) é a agência executora, responsável pela realização das do projeto. O Projeto Putumayo-Içá está em fase de construção com previsão de implementação no primeiro semestre de 2022 com duração de 5 anos, até 2027. O objetivo do projeto é apoiar os quatro países que compõem a bacia (Peru, Equador, Colômbia e Brasil) a aprimorarem suas condições de fazer a gestão desse território com foco na mitigação de impactos por contaminação da água, gestão de conhecimento, melhoria dos sistemas de governança e apoio a cadeias de valor de recursos aquáticos. Os governos nacionais do Peru, Colômbia e Equador, e o Estrado do Amazonas, no Brasil, são os pontos focais para esta iniciativa.

6. JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA

O rio Putumayo-Içá é o 10º afluente mais longo do rio Amazonas, com uma contribuição global na biodiversidade e serviços ecossistêmicos significativos. O rio Putumayo-Içá cobre 118.000 km² ao longo de aproximadamente 2.000 km e representa aproximadamente 1,7 por cento da bacia amazônica. A drenagem do Putumayo-Içá inclui a Colômbia, Equador, Peru, e a jusante, Brasil, onde deságua no rio Amazonas (Solimões, como é conhecido nesse trecho) no estado do Amazonas.

O Putumayo-Içá serve como um corredor que liga ecossistemas chave bem conservados (90 por cento de florestas intactas e menos de 1 por cento de perda de cobertura arbórea nos últimos 18 anos) desde suas cabeceiras na Cordilheira dos Andes passando por uma teia intrincada de rios, lagos, e florestas inundadas nas planícies baixas até sua foz, com uma grande variedade de micro habitats capazes de sustentar a diversidade biológica e cultural e os serviços ecossistêmicos da região. Dos grandes rios Andes-Amazônia, o Putumayo-Içá é o único susceptível de permanecer como rio de fluxo livre, considerando que não existem planos para a construção de grandes hidroelétricas.

Setenta e cinco por cento da bacia está localizada em territórios indígenas, áreas de conservação/PA, ou áreas propostas para conservação. A bacia é rica em peixes (400-600 espécies), anfíbios, répteis, aves e mamíferos, destacando-se como um dos locais mais diversificados de toda a bacia do Amazonas. No Brasil, no Rio Içá, são seis Terras Indígenas e outros territórios em fase de estudos para seu reconhecimento.

A bacia Putumayo-Içá inclui também algumas das comunidades mais remotas e economicamente subdesenvolvidas com a mais baixa densidade populacional, incluindo 18 Povos Indígenas, bem como comunidades não indígenas, camponesas e ribeirinhas. No Brasil, principalmente, tem a menor densidade populacional de toda a bacia com aproximadamente 5 hab/km². Nesta região a presença do estado é mínima, evidenciada por deficiências no fornecimento e manutenção de serviços básicos para as comunidades e vilas da região.

A pesca e a agricultura são importantes fontes de renda para as comunidades ribeirinhas da porção baixa da bacia, principalmente no estado do Amazonas, enquanto a criação de gado, a exploração mineira e a exploração madeireira ocorrem particularmente nas porções média e alta da bacia. Estas atividades contribuem significativamente para a economia local e têm impulsionado mudanças na cobertura da terra e na qualidade da água. A subsistência gira em torno da pesca, caça, madeira e produtos florestais não madeireiros (NTFP), e agricultura, enquanto que a mineração artesanal ilegal e as culturas ilícitas, principalmente por imigrantes para a bacia hidrográfica, são atividades em crescimento. Os solos altamente corrosivos e de baixo teor de nutrientes de grandes áreas da bacia hidrográfica tornam improvável uma agricultura em grande escala. No entanto, a produção sustentável de NTFP é uma alternativa potencial com benefícios socioeconômicos e relativamente com menos impactos nos ecossistemas, mas que não foi suficientemente desenvolvida e ampliada.

O Projeto Putumayo-Içá irá abordar três fatores principais para as ameaças de desmatamento, poluição da água e perda de biodiversidade, com o objetivo de manter o seu elevado estado de conservação. O primeiro relaciona-se com a baixa importância pela complexidade biológica, cultural e espacial da dinâmica dos ecossistemas de água doce no planejamento e na tomada de decisões de gestão a nível jurisdicional. Em segundo lugar, práticas insustentáveis e não reguladas de recursos naturais estão ameaçando o bom estado de conservação da bacia. Por exemplo, devido à pesca excessiva, espécies anteriormente comuns de peixes consumidos pela população local no Putumayo-Içá são agora escassas. Além disso, a pesca não regulamentada entre os países resulta em má gestão a nível regional que afeta particularmente as espécies de peixes migratórios. A mineração ilegal utiliza mercúrio que contamina o solo e a água. Práticas insustentáveis e não regulamentadas de extração de petróleo contaminam a água com hidrocarbonetos totais de petróleo (TPH). Além disso, o uso insustentável de agrotóxicos, o uso indiscriminado de produtos farmacêuticos na pecuária e a falta de sistemas adequados de gerenciamento de resíduos contribuem para a contaminação da água. Como terceiro fator, as mudanças na variabilidade e sazonalidade devido às mudanças climáticas aumentam as ameaças e sua severidade. Eventos climáticos extremos mais frequentes afetariam a complexa dinâmica

hidrológica e a resiliência ecológica e o bem-estar socioeconômico da bacia hidrográfica. O aumento da temperatura da água e a diminuição do oxigênio dissolvido, por exemplo, poderiam reduzir a capacidade de auto-purificação que afeta as populações animais. Além disso, os períodos de seca têm aumentando o risco de incêndios subterrâneos nas turfeiras com impactos ecológicos severos e emissões de carbono.

Para enfrentar as ameaças ambientais regionais e seus vetores, o Projeto apoiará atividades que visem superar as seguintes barreiras: (a) informações limitadas, fragmentadas e inacessíveis para apoiar a tomada de decisões para o manejo integrado de recursos hídricos (MIRH); (b) perda e sub-representação do conhecimento tradicional na tomada de decisões e sistemas de governança enfraquecidos; (c) baixa governança para o MIRH regional; (d) informações insuficientes e implementação de modelos para a mitigação dos impactos da poluição sobre os ecossistemas sociais; e (e) oportunidades, incentivos e capacidades insuficientes para desenvolver atividades produtivas sustentáveis e equitativas de recursos naturais e cadeias de valor. Considerando que muitas das ameaças e motivações que afetam a bacia estão interligadas, cruzam fronteiras e têm um efeito influenciador e às vezes cumulativo ao longo dos cursos d'água da bacia, a abordagem eficaz para enfrentá-las exigirá uma abordagem de MIRH de vários países. Vários fatores e barreiras estão além do controle proposto para o projeto, mas ele abordará os desafios priorizados através de uma gama de intervenções em nível regional e nacional, e promoverá a colaboração para aumentar as sinergias. Ao aumentar o conhecimento sobre a bacia e torná-la acessível aos principais interessados para a tomada de decisões, fortalecendo as estruturas de governança e as atividades-piloto para tratar de questões-chave e impactos em torno da contaminação da água, bem como sistemas produtivos sustentáveis, o Projeto fortalecerá as condições necessárias para que os países participantes conservem e gerenciem a bacia compartilhada e promovam a gestão integrada. A melhoria da capacidade dos países participantes de proteger a bacia e sua alta biodiversidade garante o fornecimento de serviços ecossistêmicos, que são a base para o desenvolvimento e a qualidade de vida de seus habitantes. Um estudo recente também destacou a importância de conservar áreas intocadas na Amazônia, de modo a manter os baixos níveis de risco de alastramento da região para futuras pandemias.

O Brasil é o único país dentro do projeto que tem uma representação sub-nacional, o estado do Amazonas, o que confere um papel de destaque de articulação regional e junto a organismos como o Banco Mundial e o GEF.

O projeto será executado pela WCS em coordenação com os Ministérios do Meio Ambiente da Colômbia, Equador e Peru e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amazonas (SEMA/AM) no Brasil. O projeto contará com a participação ativa de outras agências públicas nacionais e subnacionais relevantes e de Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

A estrutura de governança do Projeto compreende: (a) o Comitê Diretor Regional (**Regional Steering Committee** – RSC) como a mais alta autoridade decisória, encarregado da supervisão geral e direção do projeto e composto pelos Ministérios do Meio Ambiente dos países participantes e SEMA (representado pelo Ministro ou seu delegado e o Ponto Focal Operacional do GEF) e WCS; (b) o Comitê Técnico (**Technical Committee** - TC) que dará orientação estratégica e técnica para a tomada de decisões do projeto e será composto por representantes das unidades científicas/técnicas dentro das entidades governamentais cuja jurisdição se sobrepõe à bacia Putumayo-Içá e com as quais serão assinados acordos interinstitucionais para apoiar seu papel como entidades executoras parceiras; e (c) a Unidade de Gestão e Apoio ao Projeto (**Project Management and Support Unit** - PMU) que responderá ao RSC e será responsável pela gestão operacional, técnica e administrativa do projeto com estrutura nos escritórios da WCS nos países do projeto.

7. OBJETIVOS Objetivo Geral: Fortalecer as condições que permitam aos países participantes (Brasil, Peru, Colômbia e Equador) manejar ecossistemas de água doce compartilhados na bacia do rio Putumayo-Içá, na Amazônia.

8. METAS E ETAPAS A SEREM ATINGIDAS

Meta 1. Formulação do Projeto Manejo Integrado da Bacia do Rio Putumayo-Içá

Etapa 1.1 – Construção detalhada da proposta junto à SEMA.

Etapa 1.2 – Implementação do projeto.

Etapa 1.3 – Socialização de resultados e encerramento do projeto.

Parceiros: Banco Mundial, GEF, SEPROR, IDAM, IPAAM SEDECTI, ANA, MAPA, MMA, UFAM, UEA, Prefeitura de Santo Antônio do Içá, organizações indígenas, associações locais.

Meta 2 – Fortalecer a governança e a capacidade para informar a tomada de decisões

Etapa 2.1 - Gestão do conhecimento tradicional e científico para infirmar a tomada de decisões.

Etapa 2.2 - Fortalecimento da governança multinível, com diversos setores interessados.

Meta 3 – Fortalecer as intervenções estratégicas

Etapa 3.1 – Mitigação dos impactos da contaminação que afetam as águas da Bacia e seus recursos.

Etapa 3.2 – Produção sustentável apoio ao uso sustentável e equitativo dos recursos naturais.

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META e AÇÃO) (Inserir linhas quantas forem necessárias.)

Met a	Etapa	Ação	Indicador físico		Duração (MÊS/ANO)	
			Unid. Medida	Quant.	Início	Término
1	Etapa 1 – Construção detalhada da proposta junto à SEMA.	1.1.1 Reuniões virtuais e presenciais (de acordo às condições impostas pelo controle da pandemia de COVID-19) para construção, aprimoramento e socialização dos documentos do projeto	Reuniões	10	Em curso	Julho/22
1	Etapa 2 – Implementação do projeto. Etapa 3 – Socialização de resultados e	1.2.1 Implementação das ações do projeto na bacia do rio Içá, no estado do Amazonas			Julho/22	Junho/27
1		1.3.1 Elaboração de documentos técnicos e ações de divulgação de resultados			Maior/26	Junho/27

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META e AÇÃO) (Inserir linhas quantas forem necessárias.)

Meta	Etapa	Ação	Indicador físico		Duração (MÊS/ANO)	
			Unid. Medida	Quant.	Início	Término
	encerramento do projeto.					
2	Etapa 1. Gestão do conhecimento tradicional e científico para infirmar a tomada de decisões	2.1.1 Desenhar uma Estratégia de Gestão do Conhecimento tradicional e científico.			Julho/22	Junho/27
2		2.1.2 Coleta, sistematização e análise do conhecimento tradicional e científico relevante para a promoção do MIRH.			Julho/22	Junho/27
2		2.1.3 Realização de pesquisas por e para os povos indígenas.			Julho/22	Junho/27
2		2.1.4 Estabelecimento de um repositório regional de dados e conhecimentos para informações relacionadas a projetos e interoperabilidade com outras plataformas existentes.			Julho/22	Junho/27
2		2.1.5 Realização de eventos de troca de conhecimentos.			Julho/22	Junho/27
2	Etapa 2. Fortalecimento da governança multinível, com diversos setores interessados.	2.2.1 Criação e fortalecimento de novos e existentes grupos de trabalho temáticos multissetoriais e regionais.			Julho/22	Junho/27

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META e AÇÃO) (Inserir linhas quantas forem necessárias.)						
<i>Meta</i>	<i>Etapa</i>	<i>Ação</i>	<i>Indicador físico</i>		<i>Duração (MÊS/ANO)</i>	
			<i>Unid. Médida</i>	<i>Quant.</i>	<i>Início</i>	<i>Término</i>
		2.2.2 Concepção, facilitada pelos grupos de trabalho, de um plano de ação estratégico regional para a bacia.			Julho/22	Junho/27
2		2.2.3 Assistência técnica para promover considerações gerais de MIRH no planejamento territorial e nas práticas, políticas e programas setoriais.			Julho/22	Junho/27
2		2.2.4 Atividades para avançar na implementação de acordos multinacionais relevantes incluindo as Convenções de Minamata e Estocolmo, bem como acordos binacionais/trinacionais para o manejo harmonizado de áreas de conservação.			Julho/22	Junho/27
3	Etapa 1 – Mitigação dos impactos da contaminação que afetam as águas da Bacia e seus recursos.	3.1.1 Formação de capacidades para reduzir ou eliminar contaminantes nas fontes.			Julho/22	Junho/27
3		3.1.2 Fortalecer os sistemas de prevenção e resposta para contingências.			Julho/22	Junho/27
3		3.1.3 Atividades de apoio para a remediação/restauração em pequena escala do passivo ambiental.			Julho/22	Junho/27

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META e AÇÃO) (Inserir linhas quantas forem necessárias.)

Meta	Etapa	Ação	Indicador físico		Duração (MÊS/ANO)	
			Unid. Medida	Quant.	Início	Término
3	Etapa 2 – Produção sustentável apoio ao uso sustentável e equitativo dos recursos naturais.	3.2.1 Promover práticas de gestão sustentável e melhorar as cadeias de valor, comercializar recursos hidrobiológicos selecionados em sítios piloto.			Julho/22	Junho/27

10. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES/METAS (Inserir linhas quantas forem necessárias.)

<p>Meta 1. Etapa 1. Ação 1.1.1 Reuniões virtuais e presenciais (de acordo às condições impostas pelo avanço da vacinação esta etapa de socialização da proposta controle da pandemia de COVID-19) para construção, aprimoramento e socialização dos documentos do projeto</p>	<p>A construção do Projeto Putumayo-Içá iniciou em 2019, sendo realizadas consultas a especialistas e representantes de governos para a definição das primeiras versões do detalhamento do projeto ao longo de 2020 e início de 2021 de forma virtual por conta das restrições impostas pela pandemia de COVID-19 (cuencaputumayoica.com). A SEMA é o ponto focal do Brasil na construção do projeto e participa de todas as etapas de discussão do projeto. Considerando a melhoria dos indicadores da pandemia e do controle da pandemia de COVID-19 com parceiros institucionais e comunidades locais e indígenas vem sendo realizada de forma presencial, e seguindo ainda protocolos indicados em cada região, até o primeiro trimestre de 2022 e, dependendo das necessidades, ao longo do primeiro ano de implementação. A socialização consiste na apresentação do projeto e do processo de socialização, usando ferramentas metodológicas adequadas. Após esta parte é seguido um tempo para realizar levantamentos de retroalimentação que podem ser importantes à melhoria da proposta e o estabelecimento de encaminhamentos.</p>
<p>Meta 1. Etapa 2. Ação 1.2.1 Implementação das ações do projeto na bacia do rio Içá, no estado do Amazonas</p>	<p>O projeto deve iniciar suas atividades no primeiro semestre de 2022 implementado em 5 anos, até 2027. As ações estão concentradas em quatro temas: gestão de conhecimento para a tomada de decisões informada, fortalecimento da governança em diferentes níveis, implementação de pilotos para mitigação de impactos por contaminação da água por mercúrio e outros</p>



10. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES/METAS (Inserir linhas quantas forem necessárias.)	
	contaminantes e a implementação de iniciativas de cadeias de valor e produção sustentável.
Meta 1 Etapa 3 Ação 1.3.1 Elaboração de documentos técnicos e ações de divulgação de resultados	Ao final do projeto é esperado que o Governo do Amazonas, através da SEMA e outras secretarias e autarquias, melhore as capacidades de implementar ações de manejo integrado de bacias. As experiências e resultados do projeto serão sistematizadas e disponibilizadas aos beneficiários para orientar a tomada de decisões para o bom manejo da bacia e de seus recursos naturais
Meta 2 Etapa 1 Ação 2.1.1 Desenhar uma Estratégia de Gestão do Conhecimento tradicional e científico.	Com base em um modelo conceitual serão identificadas variáveis-chave conducentes ao MIRH, lacunas de informação a serem preenchidas para as variáveis identificadas, protocolos nacionais para princípios de gerenciamento e harmonização de informações, e direitos de propriedade e acesso às informações produzidas pelo Projeto. O projeto também incorporará considerações que refletem o respeito à autoridade e propriedade dos Povos Indígenas de seus conhecimentos e tradições. Em geral, o projeto e a implementação desta estratégia serão altamente participativos, apoiarão o fortalecimento dos sistemas existentes em nível nacional e reconhecerão os contextos multicultural, multi-geracional, multi-stakeholder e multi-nacional.
Meta 2 Etapa 1 Ação 2.1.2 Coleta, sistematização e análise do conhecimento tradicional e científico relevante para a promoção do MIRH.	O Projeto apoiará estudos regionais participativos e multidisciplinares baseados em uma análise de lacunas de conhecimento necessárias para a implementação das atividades do Projeto. Além disso, a metodologia de Análise Diagnóstica Transfronteiriço desenvolvida pelo GEF IWlearn será consultada para identificar informações adicionais faltantes necessárias para a análise dos problemas transfronteiriços abordados pelo Projeto. Alguns dos estudos podem incluir aqueles que valorizam os serviços dos ecossistemas das bacias hidrográficas, relatórios sobre a situação biológica dos sistemas fluviais, bem como a dinâmica da poluição da água e de outros recursos relacionados por mercúrio e outros contaminantes (incluindo os níveis de poluição, os fatores de poluição, os fluxos comerciais e os impactos ambientais e socioeconômicos). Em relação ao mercúrio, as metodologias de coleta de dados serão alinhadas com as diretrizes definidas pela Convenção de Minamata. A coleta e análise de dados incluirá consultorias específicas, bem como mecanismos de participação da comunidade.



10. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES/METAS (Inserir linhas quantas forem necessárias.)	
Meta 2 Etapa 1 Ação 2.1.3 Realização de pesquisas por e para os povos indígenas.	O Projeto oferecerá uma oportunidade aos Povos Indígenas de conduzir processos para os quais o conhecimento ancestral tradicional será recuperado, compartilhado e validado para sua própria tomada de decisão de forma a seguir suas próprias necessidades, normas, metodologias e objetivos. O uso e a disseminação do conhecimento tradicional serão determinados com as comunidades locais e indígenas.
Meta 2 Etapa 1 Ação 2.1.4 Estabelecimento de um repositório regional de dados e conhecimentos para informações relacionadas a projetos e interoperabilidade com outras plataformas existentes.	Os dados, informações e conhecimentos compilados, gerados e trocados pelo projeto serão cruzados com as plataformas e mecanismos de compartilhamento de conhecimento relevantes existentes (por exemplo, sistemas de informação governamentais nacionais e subnacionais, IWLearn do GEF, centros de pesquisa de países, entre outros). O projeto apoiará o fortalecimento dos sistemas nacionais selecionados existentes para garantir a interoperabilidade e o acesso às informações produzidas pelo projeto. O Projeto também fornecerá suporte tecnológico, assistência para harmonização de protocolos e orientação para interoperabilidade com instituições relevantes.
Meta 2 Etapa 1 Ação 2.1.5 Realização de eventos de troca de conhecimentos.	O projeto apoiará atividades de intercâmbio de conhecimento - além das fronteiras nacionais dentro da bacia hidrográfica e dentro de comunidades específicas - para compartilhar experiências e lições aprendidas, fortalecendo a capacidade dos beneficiários do projeto.
Meta 2 Etapa 2 Ação 2.2.1 Criação e fortalecimento de novos e existentes grupos de trabalho temáticos multissetoriais e regionais.	O Projeto ajudará as comunidades indígenas e ribeirinhas, assim como instituições locais, autoridades ambientais, organizações, setor público e instituições de pesquisa a se organizar e se reunir periodicamente para discutir, em grupos de trabalho, desafios comuns e tomar decisões informadas para o MIRH regional. O Projeto não apenas criará tais grupos de trabalho, mas apoiará os grupos temáticos multissetoriais e regionais existentes para chegar a acordos, conduzir o planejamento do uso da terra e coordenar ações sobre temas relevantes como gestão da pesca, poluição da água e gestão de áreas protegidas, entre outros. A promoção do diálogo e acordos com múltiplos interessados (incluindo as principais agências governamentais de gestão de AP, pesca, mineração/energia, setores agrícolas, bem como o setor privado) através de grupos temáticos será propícia para desbloquear mais investimentos setoriais, bem como para abrir as oportunidades para capacitar as vozes dos Povos



10. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES/METAS (Inserir linhas quantas forem necessárias.)	
	Indígenas, mulheres e jovens nos processos de tomada de decisão em diferentes escalas.
<p>Meta 2 Etapa 2 Ação 2.2.2 Concepção, facilitada pelos grupos de trabalho, de um plano de ação estratégico regional para a bacia.</p>	<p>Promoção de um processo participativo envolvendo comunidades e governos locais, assim como instituições públicas e privadas de múltiplos setores de desenvolvimento, para definir uma visão comum para a bacia resultará em um plano de ação estratégico. Ao apoiar um plano altamente participativo onde as vozes das comunidades locais são ouvidas, assim como as do público multissetorial e das OSCs dos quatro países, o Projeto garantirá a propriedade e o compromisso das partes interessadas. O plano de ação estratégico acordado para a bacia também será incorporado aos planos gerais da bacia amazônica. O processo será adaptado de acordo com o contexto específico e o progresso alcançado até agora para a bacia, mas incorporará elementos da metodologia projetada pelo GEF. Como parte do desenho do plano de ação, o Projeto apoiará avaliações mais detalhadas das estruturas legais, institucionais e políticas e instrumentos de planejamento conducentes ao MIRH, de modo a preparar propostas de harmonização das estruturas legais e políticas para permitir a gestão compartilhada (por exemplo, no uso sustentável de espécies-chave e protocolos de gestão de áreas protegidas). A harmonização proposta será alinhada com e considerará e respeitará a regulamentação local. A institucionalização do plano de ação também será apoiada pelo envolvimento de representantes das relações exteriores.</p> <p>Apoio a acordos setoriais para o uso sustentável dos</p>
<p>Meta 2 Etapa 2 Ação 2.2.3 Assistência técnica para promover considerações gerais de MIRH no planejamento territorial e nas práticas, políticas e programas setoriais.</p>	<p>recursos hídricos na bacia hidrográfica. Através de assistência técnica, serão fornecidas recomendações e diretrizes ambientais para a adoção de melhores práticas de gestão em indústrias específicas que são fonte de contaminantes. Além disso, o projeto promoverá o desenvolvimento de diretrizes e informações para fortalecer o planejamento ambiental territorial a fim de incorporar elementos da abordagem regional integrada dos recursos hídricos, bem como aumentar a capacidade de aplicar as estruturas normativas para acabar com as práticas ilegais e insustentáveis em áreas-chave. O diálogo reconhecerá o planejamento existente do uso da terra e da água em diferentes níveis (municipal, estadual e federal) para que a visão comum seja construída sobre esses processos, mas também para melhorá-los sob uma abordagem integrada. Esta assistência técnica incluirá</p>

10. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES/METAS (Inserir linhas quantas forem necessárias.)	
	<p>apoio aos PGTAs a serem projetados ou implementados conforme determinado e projetado pelos povos indígenas. O projeto fortalecerá a governança ao apoiar a implementação de acordos multinacionais relevantes, incluindo as Convenções de Minamata e Estocolmo, o Plano de Ação Pucallpa 2019 e o Pacto de Leticia 2019 para a gestão ambiental regional, entre outros, e especialmente os acordos binacionais/trinacionais que envolvem a colaboração entre mais de um dos países participantes, incluindo as áreas de conservação vizinhas.</p> <p>Promover a adoção de melhores práticas em setores-chave como petróleo e gás, agricultura, e gestão de resíduos e águas residuárias; fornecer assistência técnica; fortalecer esforços conjuntos (apoando a existência de acordos multilaterais) das autoridades ambientais para prevenção e controle da contaminação (incluindo vigilância, trabalho comunitário e treinamento em assuntos relacionados à poluição da água e seus impactos); atividades de capacitação institucional; e fortalecer as autoridades responsáveis pela aplicação da lei para a proteção dos recursos naturais. Existem instrumentos técnicos juridicamente vinculativos, tais como estudos de impacto ambiental, planos de gestão e planos de contingência que exigem que as empresas previnam, reduzam e mitiguem os efeitos da poluição, além da legislação ambiental existente. Dito isto, o Projeto contribuirá fornecendo assistência técnica para incentivar práticas e recomendações</p>
<p>Meta 2 Etapa 2 Ação 2.2.4 Atividades para avançar na implementação de acordos multinacionais relevantes incluindo as Convenções de Minamata e Estocolmo, bem como acordos binacionais/trinacionais para o manejo harmonizado de áreas de conservação.</p>	<p>melhoradas (em nível de política para descargas, monitoramento comunitário, soluções baseadas na natureza para tratamento de água, entre outros), de modo a incorporar considerações de gestão integrada em suas operações. O Projeto explorará a concepção de pagamentos por serviços ambientais ou mecanismos de compensação.</p>
<p>Meta 3 Etapa 1 Ação 3.1.1 Formação de capacidades para reduzir ou eliminar contaminantes nas fontes.</p>	<p>Promover o diálogo multisetorial e acordos com empresas envolvidas com indústrias geradoras de contaminantes, bem como implementar sistemas piloto de alerta rápido tanto para contingências ambientais quanto para mudanças mais discretas na qualidade da água. O sistema de alerta rápido será projetado e pilotado através de duas estratégias. A primeira será projetada para identificar rapidamente (pela cor, odor e outras características facilmente identificáveis através dos sentidos e/ou variáveis básicas da água) contingências ou eventos tais como</p>
<p>Meta 3 Etapa 1 Ação 3.1.2 Fortalecer os sistemas de prevenção e resposta para contingências.</p>	



10. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES/METAS (Inserir linhas quantas forem necessárias.)

	<p>derramamentos de petróleo ou produtos químicos que alteram abruptamente a qualidade da água e afetam a disponibilidade de recursos aquáticos para as comunidades locais. A identificação de contingências na água deve desencadear a comunicação com as comunidades locais, órgãos regionais de gestão de emergência e autoridades ambientais, e espera-se que estes, por sua vez, iniciem planos de contingência e priorizem a atenção às comunidades locais localizadas a jusante. A segunda linha de ação será projetada para permitir que as comunidades locais identifiquem mudanças na qualidade da água usando equipamento básico de detecção de baixo custo, baixa manutenção e confiável e protocolos de monitoramento participativo. O subcomponente apoiará atividades para assegurar que o sistema de alerta precoce informe prontamente as agências para agir e permitir atividades de resposta apropriadas.</p>
<p>Meta 3 Etapa 1 Ação 3.1.3 Atividades de apoio para a remediação/restauração em pequena escala do passivo ambiental.</p>	<p>A remediação/restauração será implementada através de subprojetos, que serão selecionados ao longo de um processo seletivo. Estes subprojetos também atuarão como treinamento prático de campo de tecnologias que, por sua vez, gerarão lições a serem compartilhadas com um público mais amplo. Critérios específicos para seleção de subprojetos serão incorporados ao Manual de Operações do Projeto (MOP), que incluirá viabilidade técnica e financeira; riscos ambientais baixos ou moderados e medidas de mitigação apropriadas; envolvimento das comunidades locais (desde a concepção até a implementação e monitoramento), com sensibilidade cultural e de gênero; inclusão de componentes de capacitação para as comunidades locais e autoridades relevantes; adequação do plano de monitoramento; e escalabilidade para outros locais na bacia hidrográfica. O subprojeto selecionado se baseará nos esforços, experiência e conhecimento existentes de múltiplas instituições ou consórcios, vários dos quais criaram a Aliança Amazônica para a Redução dos Impactos da Mineração de Ouro. Será fornecida assistência técnica para identificar soluções inovadoras e tecnológicas. Um menu de alternativas de baixo custo e ambientalmente corretas baseado em pesquisas recentes sobre novos materiais e tecnologias para a remediação do mercúrio será compilado para facilitar a seleção dos subprojetos. Finalmente, o Projeto apoiará campanhas de conscientização para ambas as comunidades da Amazônia, para responder e prevenir a</p>



10. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES/METAS (Inserir linhas quantas forem necessárias.)

	<p>contaminação, e para um público mais amplo em relação aos impactos da contaminação por mercúrio e em relação ao consumo de ouro sem mercúrio.</p> <p>Finalmente, e cruzando todas as dimensões, as comunicações e campanhas de conscientização serão incorporadas à estratégia e conduzidas no Projeto. O trabalho com empresas do setor privado e consumidores envolvidos na cadeia do ouro pode facilitar a conscientização para a bacia de Putumayo-Içá como uma zona de interdição à mineração.</p>
<p>Meta 3 Etapa 2 Ação 3.2.1 Promover práticas de gestão sustentável e melhorar as cadeias de valor comercial para recursos hidrobiológicos selecionados em sítios piloto.</p>	<p>O projeto apoiará através de subprojetos o estabelecimento e fortalecimento de planos de manejo sustentável e cadeias de valor para espécies de peixes selecionados, quelônios de água doce e produtos florestais não-madeireiros PFNMs. O manejo sustentável dos recursos priorizados será orientado por planos de manejo que serão projetados, fortalecidos e implementados em áreas estratégicas da bacia hidrográfica. Os subprojetos que receberão capacidade técnica de organizações parceiras envolverão o estabelecimento de acordos de gerenciamento; desenvolvimento de planos de negócios e análise de viabilidade envolvendo o setor privado e alternativas de financiamento; cumprimento de requisitos de comercialização; estabelecimento de rotas de comercialização; estratégias de marketing; e fornecimento de infraestrutura ou equipamentos menores, transformação de processamento de valor agregado e assistência técnica.</p>

11. RESULTADOS ESPERADOS

Esperamos que este plano de trabalho e a cooperação técnica entre a SEMA e a WCS Brasil traga a implementação de oportunidades de aprimoramento da política ambiental do Amazonas, na região do Alto Solimões para a conservação da biodiversidade, proteção dos meios de vida, garantias de um desenvolvimento socioeconômico em bases sustentáveis na bacia do rio Içá, além de fortalecer as capacidades técnicas e institucionais de órgãos públicos do Amazonas ligados à conservação, proteção ambiental e produção.

Os projetos e ações aqui descritos tem alcance regional e internacional apoiando a destacar cada vez mãos o papel do Estado do Amazonas na manutenção da floresta e dos seus recursos.

12. RELAÇÃO DE META/ETAPA E TERRITÓRIOS DE EXECUÇÃO

Meta	Etapa	Unidade de Conservação Estadual	Outros territórios
1	Etapa 1 a 3		Bacia do rio Içá
2	Etapa 1 e 2		Bacia do rio Içá
3	Etapa 1 e 2		Bacia do rio Içá

13. DECLARAÇÃO PROPONENTE DO ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistem quaisquer débitos em mora ou em situação de inadimplência com o Tesouro Nacional, Estadual, Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, que impeça a celebração de Termo de Cooperação Técnica, na forma deste Plano de Trabalho.

Nestes Pedes Deferimento.

Manaus – AM 07 de Julho de 2022



Assinatura do Representante Legal

14. APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

DEFERIDO INDEFERIDO

Manaus – AM 8 de julho de 2022



EDUARDO COSTA TAVEIRA
Secretário de Estado do Meio Ambiente - SEMA